

**AS POTENCIALIDADES DA AGLOMERAÇÃO URBANA DO NORDESTE DO RIO GRANDE DO SUL E A CRIAÇÃO DE ROTAS TURÍSTICAS TEMÁTICAS**

**Michel Bregolin – Mestrando em Turismo (UCS)**

**Dra. Maria Beatriz Medeiros Kother - Orientadora**

**RESUMO:** A Aglomeração Urbana do Nordeste do Rio Grande do Sul caracteriza-se por destacados índices de qualidade de vida, bem como por um expressivo fluxo de visitantes que para ali afluem em busca de cultura, lazer e negócios. Neste sentido, propõe um levantamento sistemático dos recursos turísticos locais, com destaque para as manifestações históricas e culturais, em especial no que diz respeito ao patrimônio arquitetônico, visando propiciar condições para a formatação de novas rotas turísticas, empreendidas através de um enfoque regional. Com o propósito de divulgar a pesquisa, seus objetivos e potencial, são apresentados alguns dados preliminares obtidos junto ao município de Carlos Barbosa, escolhido para sediar o projeto piloto.

**PALAVRAS-CHAVES:** Aglomeração Urbana do Nordeste do Rio Grande do Sul, Desenvolvimento Regional, Planejamento Turístico, Patrimônio Cultural, Carlos Barbosa.

Na ocupação do território do Estado do Rio Grande do Sul podem ser identificados os núcleos que deflagraram o processo de colonização. Acreditamos ser importante considerar a origem da cidade, sua forma, seu traçado e arquitetura herdada, bem como a conformação de espaços rurais pois, por um lado, estes fatores refletem a complexidade dos fenômenos resultantes da interpelação de diversas forças e, por outro, configuram subsídios para a elaboração de planos de desenvolvimento.

É, também, mediante estas análises que podemos resgatar os elementos formadores da cidade e rever, dentro da dinâmica urbana, seu melhor aproveitamento e revitalização. A cidade, submetida ao poder e à valorização imobiliária, muitas vezes, torna-se escrava de interesses e o planejamento urbano, utilizado como instrumento para desenvolver periferias, muitas vezes esquece que é na revitalização dos seus espaços construídos que podemos encontrar a resposta para a ordenação territorial e desenvolvimento turístico.

Todavia, atualmente, com as constantes mudanças no fenômeno social, o espaço físico passou a ter outras relações sociais. É imperativo que seja revista a prática do planejamento urbano, não apenas no que tange ao desenho urbano, mas, também, no que se

refere às estratégias de desenvolvimento, pois, como considera Maricato (1995), é do conhecimento da realidade urbana, de sua análise crítica e da intervenção sistemática, que emergirão novos padrões de urbanização e uma nova ordem legal.

Consequentemente, é importante preservar a arquitetura que deu origem à cidade ou mesmo aquela que teve um papel relevante no desenvolvimento urbano, por meio de uma política cultural que, além de proporcionar sua reabilitação como patrimônio cultural, tenha em vista o desfrute e o consumo cultural do mesmo.

É no planejamento que são analisados os problemas, propostas as estratégias, buscados e definidos os programas de ação, para dar a este uma definição genérica das diretrizes, uma seqüência temporal e um enfoque primordialmente operativo, com valores inerentes a um postulado pragmático (Solá-Morales, 1969). Para realizar uma política de reabilitação, deve-se unir as políticas de conservação à urbanística, com a criação de um processo de reabilitação integrada, pois, como afirma Gago Llorente (1985), no fundo, a recuperação deve ser vista como estratégia que enfrenta, simultaneamente, a deterioração física e a marginalização funcional, processos que caracterizam a degradação.

Existe uma visão pré-industrial de Região, portanto, pré-urbanística, baseada em fatos históricos representados por um passado e por tradições comuns; geográfico, considerando um território com características homogêneas; antropológico ou lingüístico, ambos se referindo aos aspectos de afinidades entre os grupos sociais. Esta Região, assim definida e, conceitualmente delimitada, segue existindo como resíduo de um passado que convém atualizar.

No caso do processo de formação do território riograndense, identificam-se etapas de sua ocupação que ocorreram em regiões culturalmente bem definidas. Na análise de cada processo de ocupação, pode-se detectar um conjunto de características comuns que se traduzem na arquitetura, nos costumes, nas tradições entre outras. Às características trazidas pelos povoadores do território, somam-se os traços sócio-culturais imprimidos pelos grupos locais, as condições geográficas da área e as influências históricas. Identificar todos estes elementos leva à definição das características regionais das áreas estabelecidas que constituem subsídio para o fortalecimento de uma determinada região.

Segundo Vainer (1995, p.179), até agora o debate acerca dos sentidos e virtualidades do(s) regionalismo(s) tem ficado ancorado nos termos em que este debate se colocou desde os anos 60. Embora não seja o caso de rever velhos regionalismos, é hora de buscar, dentro de uma concepção atual, com enfoque voltado à auto-suficiência regional, novos caminhos que contribuam para superação de entraves econômicos e sociais.

Em um primeiro momento, esses novos caminhos podem e devem ser pesquisados e estudados em nível de uma instituição de ensino e pesquisa, pois além de contar com os recursos humanos e tecnológicos, constituem o ponto de partida para reverter os resultados na formação dos futuros e atuais técnicos que atuam ou atuarão na gestão urbana e em planejamento turístico ou nos seus segmentos. Neste sentido, o estudo está fundamentado em três conceitos básicos: (i) resgate da memória cultural; (ii) preservação ambiental; (iii) desenvolvimento sustentável.

- i. **Resgate da memória cultural** - compreende, especificamente, o exame mais aprofundado do processo de apropriação do espaço brasileiro pelo tipo gaúcho, a identificação das práticas sociais e das manifestações culturais desenvolvidas e sua incidência no território, permitindo reconstruir a rota de circulação da cultura gauchesca no sul do Estado.
- ii. **Preservação ambiental** - entendida em seu sentido mais amplo de reconhecimento das especificidades e potencialidades do meio natural e cultural, como condição necessária para alocação e utilização dos recursos e sua incorporação patrimonial.
- iii. **Desenvolvimento sustentável** - fundamentado nas potencialidades e nas limitações apresentadas pelos sistemas natural e sociocultural, prevendo estratégias de crescimento e de desenvolvimento que inibam o maior comprometimento do meio nas sociedades futuras.

## **1. Ocupação do Rio Grande do Sul e Potencialidade Regionais**

A ocupação do Estado do Rio Grande do Sul ocorreu tardiamente, em relação ao restante do País, por não oferecer atrativos econômicos. Seu imenso território estava escassamente ocupado. Era preciso recorrer a outros povos, que não os portugueses, para colonizá-lo. A partir do ano de 1824, inicia-se a vinda de imigrantes europeus para o Rio Grande do Sul, com esta finalidade.

O início da colonização começa com a chegada de alemães que, inicialmente, foram radicados perto da Capital gaúcha. Aos poucos, espalham-se pelas margens dos rios em direção à Depressão Central do Estado. A chegada dos italianos só tem início em 1875. Estes imigrantes localizam-se na parte superior do Planalto do Nordeste. Este processo de colonização resultou em uma diversidade cultural, testemunho valioso de nossa História, constituindo-se como potencialidades a serem estudadas, para que sirvam de estratégias ao desenvolvimento regional.

Muitas são as estratégias em que se baseiam os países, as cidades, as regiões para

promover seu desenvolvimento sócio-econômico. Porém, é na análise de suas potencialidades que encontraremos as bases para desenvolver os planos de atuação. Estes planos estão, de um modo geral, direcionados à captação de recursos para promover o desenvolvimento e expansão dos diversos setores que compõem o núcleo urbano.

Em uma região resultante de um processo histórico, possuidora de um importante patrimônio cultural e natural, teremos nestes patrimônios e na relação estratégica de sua promoção as bases para o planejamento turístico. No resgate e fortalecimento do patrimônio cultural e natural, teremos os elementos geradores de uma política de preservação e elementos para a promoção turística. Pela preservação e promoção das potencialidades, características de cada lugar, poder-se-á propor estratégias de desenvolvimento regional, visando à melhoria da qualidade de vida pelo desenvolvimento turístico sustentável.

Por sua posição meridional, o Rio Grande do Sul constitui um espaço importante. Sua localização coloca-o como espaço diferenciado, em relação aos outros Estados brasileiros, justificando o interesse crescente no desenvolvimento de pesquisas e estudos, cujo objetivo maior é o de aprofundar o conhecimento sobre a região e sobre as possíveis conseqüências do processo de integração.

A identidade gaúcha tem um potencial extraordinário como agente da integração e, se bem apreendida, como motor do desenvolvimento sustentado. Sua história pode ser largamente aproveitada como fator gerador de uma atividade mais voltada para o turismo cultural, indutor do desenvolvimento, com garantias para o meio ambiente.

## **2. Instâncias de Planejamento do Desenvolvimento Regional: Corede Serra / Aglomeração Urbana do Nordeste**

No Rio Grande do Sul, existem diferentes divisões regionais, para fins de planejamento público, a saber, divisão das companhias de saneamento, das redes de transporte estadual, de comunicação, de roteiros turísticos regionais, entre outros. Existe atualmente a regionalização dos Coredes (Conselho Regional de Desenvolvimento), que é uma divisão regional do Estado, criado para fins da gestão pública das diferentes regiões. No Estado existem 22 Coredes, sendo que o Corede da Serra inclui 32 municípios. O Corede da Serra foi instalado em 1991, com sede no município de Caxias do Sul. Pesquisa da Fundação de Economia e Estatística - FEE, relativo ao ano de 1998, mostra que esta região apresenta um dos melhores índices de qualidade de vida do estado, o ISMA - índice Social Municipal Ampliado. Este é um dos indicadores sociais que destacam a importância

da serra gaúcha.

Outra instância de gestão regional existente é a Aglomeração Urbana do Nordeste – AUNE (ver mapa 1). No Rio Grande do Sul, estudos realizados em 1984 pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano – CNDU, IBGE e Fundação Metropolitana de Planejamento – METROPLAN, indicaram a existência de uma aglomeração urbana na serra. Aglomeração Urbana (ver mapa 1) foi considerada a constituição de municípios limítrofes que apresentaram tendência à continuidade da malha urbana, a complementariedade de funções urbanas e população urbana mínima de 200.000 habitantes (em 1980), exigindo planejamento integrado e recomendando ações coordenadas dos entes públicos nela atuantes.

A AUNE apresenta as maiores taxas de crescimento populacional do estado, as mais importantes taxas de expansão urbana, especialmente a expansão industrial no eixo Caxias do Sul e Farroupilha – fenômeno de conurbação urbana intensa. A região sofreu períodos de altas taxas de crescimento ocasionando um fluxo migratório para estes municípios, gerando a expansão urbana e definindo os centros regionais. Vale destacar que, em relação à economia da AUNE, segundo o IBGE, a região gerou 17,22% do PIB industrial e 11,45% do PIB total do Estado, sendo Caxias do Sul o principal pólo econômico da região, concentrando 57% do PIB industrial, Bento Gonçalves 16% e Farroupilha 12%.

#### **MAPA 1 – AGLOMERAÇÃO URBANA DO NORDESTE (AUNE)**



A Aglomeração Urbana do Nordeste – AUNE, região delimitada para desenvolver este projeto, foi resultado de várias iniciativas na busca de soluções para problemas comuns aos municípios da região e de um estudo realizado pela Universidade de Caxias do

Sul, a partir da década de 70, sobre a conurbação urbana. Em 1993, teve início as atividades do Conselho Deliberativo Provisório da AUNEA, no município de Farroupilha. Neste momento, a AUNE priorizava a busca comum de soluções regionais para as áreas de circulação regional, saneamento ambiental e habitação. Em 28 de dezembro de 1994 foi aprovada e sancionada a Lei que institui a AUNE, composta de dez municípios, alguns deles recém emancipados: Bento Gonçalves, Carlos Barbosa, Caxias do Sul, Garibaldi, Farroupilha, Flores da Cunha, Monte Belo do Sul, Nova Pádua, São Marcos e Santa Tereza. Sendo assim, observa-se que, embora esta região tenha uma importância econômica significativa no Estado, seja um pólo atrativo de atividades e gere um fluxo de visitantes e executivos, onde eventos culturais e comerciais cada vez mais atraem público à esta região, há uma carência de alternativas turísticas correspondentes.

E é, neste contexto, que este projeto se insere. Trata-se de estabelecer **Rotas Turísticas da AUNE**. Caminhos impregnados de manifestações culturais que lhes conferem identidade e conformados por um ecossistema bastante peculiar, podendo constituir-se em agentes efetivos da integração, gerando condições favoráveis ao desenvolvimento sustentado.

É de domínio público o problema estrutural do País em termos de falta de base de dados. Tal situação torna-se ainda mais grave quando a preocupação recai sobre regiões ou sub-regiões. No entanto, é também consenso nos meios acadêmicos, científicos e técnicos a necessidade da existência de base de dados como fator fundamental para a constituição de projetos, voltados para o desenvolvimento e que são tanto mais urgentes quanto mais problemática for a realidade a ser enfrentada.

No que se refere ao presente Projeto, tal necessidade está acrescida de uma articulação entre os dados culturais, arquitetônico-urbanísticos, econômicos e ambientais que permitem a constituição, em constelação, dos fatores possuidores da identidade desta região no interior do RS e por sua absorção como traço característico do Estado, diante do conjunto da realidade nacional, como típica do povo riograndense, possibilitando que a utilização dos resultados desta pesquisa, por princípio, tenham caráter inter e transdisciplinar com características globais, em razão da diversidade disciplinar reunidas e, pelo tratamento integrado deste conjunto de variáveis.

Contudo, estas contribuições para a pesquisa e conhecimento sobre a realidade sul-riograndense, a saber: construção de base de dados sobre a região da AUNE e análise das relações entre os aspectos culturais, econômicos, arquitetônico/urbanísticos e naturais, não são as únicas que o presente projeto de pesquisa apresenta. Este projeto tem como um de

seus objetivos, a constituição de rotas turísticas temáticas nesta região, por meio da incorporação articulada dos elementos acima mencionados. Desta maneira, projeta-se, com esta proposta, uma dimensão aplicada para o trabalho de pesquisa e investigação, capaz de redimensionar vetores de desenvolvimento latentes na região, mas carentes de proposições estratégicas, agora, fortemente, embasadas no conhecimento da realidade regional.

Muitos são os conceitos sobre a investigação científica, porém, como diz Visauta (1989), a investigação não é mera busca da verdade, senão que uma indagação prolongada, intensiva e intencionada, um método do pensamento crítico.

Com base nesse conceito é que pretendemos realizar esta pesquisa, considerando os aspectos descritivos, de registro, de análise e interpretação do planejamento e da preservação, indo além da composição de fatores considerados e dos processos que o fenômeno urbano engloba no seu desenvolvimento.

A investigação considera, também, alguns aspectos referenciais definidos por Sierra Bravo (1995), pois a pesquisa tem por finalidade analisar os pontos comuns do planejamento territorial, preservação do patrimônio cultural e ambiental com vistas ao desenvolvimento turístico regional.

Como objeto de estudo, propõe-se a investigação e a identificação, em um território pré-delimitado – a Aglomeração Urbana do Nordeste, localizado na Serra Gaúcha, território definido por sua homogeneidade relativa em termos de subsistema natural e de subsistema cultural, de unidades de paisagem natural, unidades de paisagem cultural e de unidades de desenvolvimento econômico e territorial. Sinteticamente, as unidades de patrimônio podem ser assim explicitadas:

PAISAGEM NATURAL - seriam aquelas áreas paisagísticas representativas do ecossistema natural.. Trata-se, por um lado, de um ecossistema extremamente rico e, de outra parte, de um meio ambiente fragilizado, ameaçado pelas ações depredadoras do dito desenvolvimento.

PAISAGEM CULTURAL - áreas de relativa unidade cultural, caracterizadas por suas práticas e costumes, enquanto manifestações intangíveis, porém, caracterizadoras e por sua identidade sociocultural.

PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO-URBANÍSTICO - definido pelas manifestações culturais materializadas, a paisagem adaptada, os monumentos, os estilos, as formas de apropriação do território, em suma, os aspectos tangíveis da reprodução de uma cultura, que geram configurações espaciais específicas.

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - áreas com características similares no que se refere aos processos produtivos e as formas de consumo, para as quais é possível identificar potencialidades.

## **2. Estudo Piloto: O Município de Carlos Barbosa**

Com o propósito de implementar o Projeto Potencialidades da AUNE e a Criação de Rotas Turísticas Temáticas, optou-se pela realização de um estudo piloto no Município de Carlos Barbosa. Esta escolha levou em conta diversos fatores, à saber:

- 1) existência de uma boa base de dados: junto à Secretaria de Turismo, Desporto, Cultura e Lazer de Carlos Barbosa.
- 2) particularidades do território e ocupação: entre as quais destacam-se, colonização multi-étnica (italianos, alemães, franceses, suíços, poloneses e luso-brasileiros); grande diversidade paisagística (por conta de sua situação geográfica à borda do Planalto da Serra Geral); acervo arquitetônico-cultural expressivo, especialmente no meio rural e forte presença de atividades produtivas agrícolas e industriais.

Os dois fatores anteriores, combinados, permitiram identificar que Carlos Barbosa reunia, em uma única localidade e em uma escala menor, muitos dos elementos que deverão ser trabalhados em uma escala maior, a AUNE. Desta forma, julgou-se pertinente que a implementação deste projeto tivesse início neste município, a fim de que realizem-se acertos e adequações dos instrumentos de coleta, análise e armazenamento dos dados, com a finalidade de obter um processo metodológico fiel as características regionais e aos objetivos do estudo proposto.

Até o presente momento, procedeu-se o levantamento da área urbana de Carlos Barbosa e das comunidades de Torino Baixo e Paraguaçu. Através da obtenção das coordenadas geográficas dos recursos turísticos e sua posterior associação a cartas topográficas da região, possibilitou-se compreender melhor a distribuição dos atrativos turísticos, enquanto suas tipologias diversas, com destaque, no caso das comunidades citadas, para casas construídas entre os anos 1870 e 1885, utilizando-se da técnica construtiva do enxaimel, de origem alemã. Em relação a área urbana, fica evidente a concentração dos principais serviços turísticos, o que em uma perspectiva de longo prazo pode vir a gerar problemas.

Outras comunidades de Carlos Barbosa terão seus recursos turísticos identificados e mapeados, compondo posteriormente um banco de dados com enfoque multissetorial, o



qual expandido para outros municípios da AUNE, se revestirá em importante ferramenta de apoio ao planejamento regional.

## Referências bibliográficas

- VAINER, Carlos B. "Regionalismos: Anacronismo ou Pós-Modernidade". In: O Novo Brasil Urbano, M. F. Gonçalves, org. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1995, p.163-182.
- LESSA, L.C.B. Rio Grande do Sul: prazer em conhecê-lo. Rio de Janeiro: Globo, 1984.
- GOULART, J.S. A Formação do Rio Grande do Sul. 4. ed. Porto Alegre: Martins Livreiro - Caxias do Sul: EDUCS, 1985.
- VIANNA, O. Populações Meridionais do Brasil: história, organização, psicologia. Belo Horizonte: Itatiaia, 1987.
- CANTACUZINO, S. "Nuevos usos para Edificios Antiguos" - Barcelona: Gustavo Gili, S.A. - 1979.
- CAPANEMA, G. "Rodrigo, Espelho de Critério: A Lição de Rodrigo" - Recife: Amigos da DPHAN - 1969.
- CAPITEL, A. "Metamorfosis de Monumentos y Teorias de la Restauración" - Madrid: Alianza Editorial - 1988.
- CASTILLO, A. & ACIAGA, A. - "Curso de Rehabilitación" - Rehabilitación Integrada y Gestión en Núcleos Rurales" - Madrid: Colegio de Arquitectos de Madrid - 1986.
- CHARLINE, C. - "La Dinámica Urbana" - Madrid: IEAL - 1981.
- CIARDI, F. & FALINI, P. - "Los Centros Históricos, Política Urbanística y Programas de Actuación" - Barcelona: Editorial Gustavo Gili, S.A. - 1983.
- CONTI, F. - "La Piazza" - Milano: Touring Club Italiano - 1983.
- CORELLA MONEDERO, J. M. - "Gestión Urbanística en General en los Pequeños Municipios: Enfoque de Soluciones" - Planeamiento y Gestion Urbanística en los Pequeños Municipios - Madrid: COAM - 1983.
- CURTIS, J. N. B. - "Arquitetura no Rio Grande do Sul" - Porto Alegre: Mercado Aberto - 1983.
- FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATISTICA SIEGFRIED EMANUEL HEUSER, "Anuário Estatístico do Rio Grande do Sul, 2001" [CD-ROOM], 2001.
- GAGO LIORENTE, Vicente - "La Lógica Económica del Deterioro y la Rehabilitación como Política Económica Urbana" in: Curso de Rehabilitación nº1: La Teoria - Madrid: COAM - 1984.
- GOODE, W. J. & HATT, P. K. - "Metodos de Investigación Social" - México: Trillas - 1970.
- HARNISH, W. H. - "O Rio Grande do Sul - A Terra e o Homem" - Porto Alegre: Edição da Livraria do Globo - 1941.
- ICOMOS - "Les Resolutions de Bruges: Principes de Rehabilitation des Villes Históriques" - Brugges - Belgica-1975.
- JAEN, J. L. - "Normativa Internacional" - Curso de Rehabilitación - Madrid: Colegio Oficial de Arquitectos de Madrid - 1987.
- LE GOFF, J. - "História e Memória" - Campinas: Editora da UNICAMP - 1992.
- LEON, P. - "Bene Culturale" in Lessico dei Beni Culturali - Torino: Ed. Umberto Allemandi & C. - 1994.
- LOWY, A. - "Sociologia y Rehabilitación" - in Curso de Rehabilitación nº1: La Teoria - Madrid: COAM - 1985.
- MARCHINI, G. P. - "Lessico dei Beni Culturale" - Torino: Ed. Umberto Allemandi & C. - 1994.
- PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - "Legislação Brasileira de Proteção aos Bens Culturais" - Ministério de Educação e Cultura/I.P.H.A.N. -1976.
- PEROGALLI, C. - "La Progettazione del Restauro Monumental" - Milan Tamburini - 1955.
- PICCINATO, G. - "El Problema del Centro Histórico - Los Centros Históricos, Política Urbanística y Programas de Actuación" - Barcelona: Editorial Gustavo Gilli, S.A. - 1983.
- PINHEIRO, J. F. F. - Visc. de São Leopoldo - "Anais da Província de São Pedro" - Porto Alegre: Mercado Aberto - 1982.
- ROSSI, A. - "La Arquitectura de la Ciudad" - 8ª edición - Barcelona: Editorial Gustavo Gilli, S.A. - 1982.
- SIERRA BRAVO, R. - "Técnicas de Investigación Social: Teoria y Ejercicios" - Madrid: Paraninfo - 1994.
- SOLÁ-MORALES, M. - "Sobre Metodologia Urbanística" - Barcelona: ETSAB - 1969.
- SPHAN - "Proteção e Revitalização do Patrimônio Cultural no Brasil: Uma Trajetória" - Publicações da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - nº 31 - 1980.
- VISAUTA, B. - "Técnicas de Investigación Social" - Barcelona: PPU - 1989.
- SERRANO RODRIGUEZ, A. - "Casos Antiguos y Centros Historicos: Problemas, Políticas y Dinámicas Urbanas" - Madrid: MPOT - 1992.
- SILVA TELLES, A.C. - "A Política de Preservação dos Bens Culturais no Brasil: Algumas Observações" in Anais do 1º Congresso Latino Americano Sobre Cultura Arquitetônica e Urbanística - Porto Alegre:

Secretaria Municipal de Cultura - 1992.  
TROITIÑO VINUESA, M. A. - "Cascos Antiguos y Centros Historicos: Problemas, Políticas y Dinámicas Urbanas" - Madrid: MOPT - 1992.  
UNESCO - "Convenção sobre a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural" - París - 1972.  
UNESCO - "Recomendação Relativa à Salvaguarda dos Conjuntos Históricos e sua Função na Vida Contemporânea" - Nairobi - 1976.  
UNESCO/PNDU - "Conclusiones del Coloquio sobre la Preservación de los Centros Históricos Ante el Crecimiento de las Ciudades Contemporaneas" - Quito - 1977.  
WEIMER, Günter - "Urbanismo no Rio Grande do Sul" - Porto Alegre: Editora da Universidade - 1992.